

	Autor:	Joaquim Barata Lopes
	Data:	Quinta-Feira, 22 de Maio de 2008
	Pág.:	02
	Temática:	Opinião

O desnotariado português

O representante dos notários critica, neste artigo de opinião, a atitude do Governo para com a sua classe. Diz Barata Lopes que o Portugal está a sucumbir à influência dos países anglo-saxónicos, afastando-se das nações com que mais se identifica

Vão-se sucedendo, na Europa, os eventos e as manifestações de carácter científico em que se discute e aperfeiçoa a função dos notários e a sua importância na sociedade e na economia. Foi o XXV Congresso da União Internacional de Notariado, com a participação de notários de mais de 70 Estados de todos os continentes, em Madrid, em Outubro, cuja sessão solene de abertura foi presidida pelos príncipes das Astúrias e na qual participaram também o ministro da Justiça de Espanha e a presidente da Comunidade de Madrid. Todos eles sublinharam e agradeceram o importante contributo dos notários para o desenvolvimento do seu país. Nos dias 24 a 26 de Abril, decorreram em Salzburgo as 19.ªs Jornadas Europeias do Notariado, onde se discutiram assuntos como a livre circulação do documento autêntico europeu, a rede notarial europeia e o registo europeu de testamentos. Entretanto, a Comissão Europeia solicitou ao CNUE - Conselho dos Notariados da União Europeia (organização representativa dos notários da UE) a nomeação de notários para integrarem o grupo de trabalho de especialistas, a criar no seio da Comissão, para o estudo dos efeitos matrimoniais do casamento e outras formas de união.

Enquanto, numa saudável e estreita colaboração entre os notários e os respectivos Governos, o notariado da UE vai prosseguindo o seu caminho com a habitual pujança, ao serviço dos Estados e dos cidadãos que os compõem, mais ou menos imune às tentativas de "aculturação jurídica" por parte dos anglo-saxónicos, Portugal vai sucumbindo à influência destes e está prestes a sair do grupo dos 21 Estados membros com os quais mais se identifica histórica e culturalmente, para o grupo dos seis mais distantes (Irlanda, Reino Unido, Suécia, Noruega, Finlândia e Chipre).

As opções do Governo português fundam-se, em grande medida, em razões muito pouco abonatórias para quem decide. É cada vez mais indisfarçável a inveja de alguns, que tudo fazem para acabar, o mais depressa possível, com os alegadamente elevados rendimentos dos notários. E também revelador de uma certa pequenez a maior dificuldade em reconhecer o sucesso dos que lhes estão mais próximos do que o dos que estão mais distantes. Como se justifica, de outra forma, que se queiram adoptar sistemas muito mais próximos dos britânicos, finlandeses ou suecos, em vez de aproveitar o sistema existente, que tão boa conta de si tem dado, desde logo em Espanha e em países como França, Itália, Alemanha, ou Holanda? Daqueles, não é só o nível de vida que nos

separa grandemente. São também a forma de ser e estar, a cultura, a educação, as tradições, a história e os costumes.

Em relação a Espanha, por exemplo, se é certo que a diferença de nível de vida é cada vez maior a favor dos nossos vizinhos, não é tanto assim o que nos separa. A França vai assumir a presidência da UE no próximo semestre e, nesse âmbito, estão previstas várias iniciativas conjuntas do Ministério da Justiça francês e do notariado europeu, onde será posto o enfoque no importante papel do notariado ao serviço do espaço europeu de liberdade, justiça e segurança, para o que conta já com a participação de outros responsáveis da justiça de diversos Estados-membros, no Fórum Justiça a ter lugar em Paris, no princípio de Outubro. Não será o caso do Ministério da Justiça Português, que, por certo, voltará a destacar-se pelo afastamento relativamente a tudo o que tenha que ver com notários.

Lamento o fim do documento autêntico e das suas vantagens, o fim da função notarial, enquanto instrumento privilegiado dos Estados para garantir a confiança, a segurança jurídica, a paz social, a prevenção de conflitos, por decisão de um Governo que sempre se recusou a admitir aquilo que todos os Estados da Europa continental reconhecem e enaltecem: o importante papel do notário na sociedade, ao serviço do Estado e dos cidadãos.